

RACISMO

FUNAI ESTABELECE

"CRITÉRIOS DE INDIANIDADE"

Os militares da FUNAI de uma vez puseram as suas mangas de fora. E o fizeram em resposta às denúncias da antropóloga Eunice Durham, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da antropóloga Luz Vidal, que acusaram a FUNAI de "fascista e racista" ao estabelecer "indicadores de indianidade".

Bisse a nota-resposta da FUNAI - divulgada no dia 6 de Outubro último - que as acusações das antropólogas "decorrem da falta de confiança no órgão tutor. Elas não confiam na FUNAI e pensam que nós somos capazes de atitudes idênticas às que elas poderiam tomar se estivessem aqui". E aproveitam para enviar conselhos à ABA: "ter compromisso com a cultura brasileira, com a identidade cultural, com uma cultura nacional brasileira. Deveria colaborar para dirimir as dúvidas e ambiguidades do Estatuto do Índio, cuidar do Brasil, pois do índio quem cuida é a FUNAI" (grifo nosso).

Enquanto isso, o Coronel-Mor,

João Carlos Nobre da Veiga, descansava em Paris, pela segunda vez em férias esse ano na Europa.

No dia 5 de Outubro, um dia após a publicação pela "Folha de S. Paulo" das denúncias da ABA, o Delegado Regional da FUNAI em São Paulo (Bauru), Álvaro Villas Boas, afirmava que o documento criticado pela ABA "tem alguns pontos a corrigir, mas é fundamentalmente o mais funcional para a política indigenista no Brasil". E arrematou: "há patrulhamento ideológico de antropólogos e eu não considero o trabalho deles sério, com raras exceções. O problema do índio é administrativo e não antropológico".

" OS INDICADORES "

A história dos "Indicadores" ou "critérios de indianidade" começa com a penúltima troca de guarda na FUNAI, quando então assumiu o comando o Coronel Nobre da Veiga, o Coronel Zanoni Hauser e outros coronéis plurivalentes. Essa queda na hierarquia do alto-co

mando da FUNAI - antigamente colocavam gerais no posto - veio junto com uma abaixada geral no nível das propostas da FUNAI para destruir os Povos Indígenas.

No dia 26 de Janeiro deste ano o Coronel Ivan Zanoni Hauser - Diretor do então Departamento Geral de Planejamento Comunitário, da FUNAI - assinava a "Instrução Técnica Executiva nº 0/2/81 - DGPC", pela qual resolve "designar os servidores Neyde Dal Poz Brito, Carlos Eduardo Plácido Mills e Marlene de Oliveira Tenório Regô, para sob a presidência da primeira, comporem a comissão de Levantamento de Indicadores de Integração". A "Instrução" também determina, no item II, que "não há necessidade de justificar ou explicar os indicadores; basta listá-los dentro de seus principais grupos: étnicos, sociológicos, econômicos, linguísticos e assim por diante". E no item III a "Instrução" dá aos membros da Comissão o prazo de 10 (dez) dias para conclusão dos trabalhos.

A Comissão criada elaborou uma relação que, com ligeiras correções, são os atuais "indicadores de indianidade", um documento de seis páginas, que vazou da FUNAI. Segundo informações também vazadas do próprio órgão - após a denúncia da ABA - esses "indicadores" já foram aplicados na identificação dos grupos Wassu e Tingui, em Alagoas, e do grupo Avá-Guarani do Ocoí, no Paraná (1), nos dois

casos concluindo pela inexistência de comunidade indígena.

DIMINUIR OS ÍNDIOS

PARA DIMINUIR AS TERRAS

O que pretende a FUNAI com seus "indicadores" ?

Através deles passará a FUNAI a negar a identidade indígena de grupos que hoje estão reivindicando regularização, garantia e demarcação das terras, como os citados de Alagoas e Paraná.

É a maneira mais fácil da FUNAI livrar-se da responsabilidade de atuar em defesa das terras de um sem número de comunidades indígenas (coisa que o Estatuto do Índio lhe impõe). É também a maneira de conduzir a política definida pelo Coronel-Mor, quando afirmou recentemente que há terras demais para os índios e que a FUNAI não tolerará ou aceitará ampliações de áreas indígenas.

Aliás, chega a ser ridícula a posição da FUNAI nesse episódio da definição de "indicadores de indianidade", pois segundo assessores do órgão, "o presidente da Funai decidiu fixar critérios de indianidade, por achar que é inadmissível que em plena década de 70 (sic) continuem aparecendo índios novos no Nordeste e no Sul do país (...). Na Amazônia ainda pode

(1) Aguarde LUTA INDÍGENA - ESPECIAL sobre os GUARANI do Ocoí, que terão as terras inundadas por ITAIPU e são vítimas dos "critérios"

vão aparecer novas tribos, ainda sem contato com a civilização, mas em outras áreas os "índios" que a pareceram ultimamente tem o único intuito de obter a proteção da FUNAI e usufruir da condição de menor perante a lei" (O Estado de S. Paulo, 01/10/81).

Em outras palavras, a FUNAI já decidiu que grupos indígenas novos (desconhecidos) só podem aparecer na Amazônia, e não em regiões como o Nordeste e o Sul do Brasil. Para tanto, estabeleceu "critérios" ou "indicadores" que permitirão a ela declarar como não índios todos os grupos "novos" que aparecerem fora da Amazônia.

O passo seguinte da FUNAI sem dúvida será o de aplicar os "indicadores" sobre as comunidades indígenas "em alto grau de integração" (os "remanescentes", na nova terminologia do órgão) para definir os que já não são mais índios. Aliás, segundo o Superintendente da FUNAI, sr Otávio Ferreira Lima, para os "remanescentes" (diferentes dos que são "índios mesmo", nas palavras dele), aplica-se o critério do auto-reconhecimento, dando ao "remanescente" a possibilidade de escolher pela identidade indígena ou não.

Cabe lembrar, no entanto, que o Estatuto do Índio adota como critérios para quaisquer grupos os de: auto-reconhecimento; reconhecimento pela população envolvente; e ascendência pré-colombiana (Artigo 3º).

Por fim, a aplicação dos "indicadores" da FUNAI ocorre paralelamente à germinação de uma outra idéia: uma fórmula jurídica para realizar a emancipação compulsória (já que por Decreto não deu). E essa fórmula foi encontrada no 1º Encontro dos Advogados da FUNAI: a FUNAI pode adotar um procedimento legal para emancipar os índios "integrados de fato, mas não de direito", que é o de provar, através de ação declaratória, que o índio é integrado de fato e pedir à Justiça a exoneração da tutela" (Folha de S. Paulo, 20/7/81).

A DENÚNCIA DA ABA

As denúncias da ABA, publicadas no dia 04/10/81 pela "Folha de S. Paulo" são de que os "indicadores" da FUNAI "não resistem a uma análise científica séria", e que "alguns dos critérios apontados pela FUNAI como 'indicadores de indianidade' são perigosos, fascistas e racistas".

Segundo Eunice Durham, "os 'indicadores' não indicam coisa nenhuma, não tem nenhuma lógica interna e associam elementos absolutamente disparatados, dos mais diferentes graus de generalidade, muitos dos quais não tem sentido nenhum (...). É impossível fazer uma análise com critério racional sobre um documento que não apresenta qualquer racionalidade". E denuncia o fato de "a comunidade científica ser citada no documento

sem jamais ter sido consultada". E aponta alguns absurdos do documento:

Entre os 'Indicadores' "supostamente determinados por cientistas" estão os que "identificam nos índios traços como 'mentalidade primitiva' ou 'características biológicas, psíquicas e culturais indesejáveis'. Igualmente os 'indicadores' atribuídos à comunidade científica insinuam que uma das maneiras de constatar a 'indianidade' de uma pessoa humana é examinando-lhe as nádegas, à procura da 'mancha mongólica ou sacral' ou ainda, medindo-lhes a 'forma ou perfil do nariz'".

"Para a antropóloga Eunice Durham, 'a intenção da Funai é utilizar os 'indicadores' como instrumento político de repressão às comunidades indígenas reivindicantes'. E acrescenta: "Os tais indicadores

não são apenas perigosos politicamente, mas criam ainda uma imagem do Brasil no Exterior que corrobora a idéia de que este não é um país sério, como pretendia De Gaulle". Nas palavras da antropóloga, "com a instituição dos 'Indicadores de Integração' a FUNAI lavra o ato final de sua própria incompetência no trato da questão dos índios. Não há exemplo de instituição governamental no mundo que, dedicando-se ao problema indígena, tenha tido a coragem de perpetrar uma coisa como esta".

Na verdade, por essa última afirmação parece residir o cerne da questão. Não se pode discutir a cientificidade desse ou daquele critério: simplesmente não há nada de científico na própria proposta de instituir critérios (ou 'indicadores'). Portanto, o documento da FUNAI deve ser repudiado como um todo, pois a própria idéia dele está fundada em uma visão racista.

Wilmar R. D'Angelis

NOTA: em sequência a esta matéria publicamos nota do Departamento de Antropologia da PUC-São Paulo em solidariedade à ABA na luta contra os "indicadores" da FUNAI.

LEIA, VALE A PENA !

